

Terceiro despacho de Noronha foi divulgado

ESCUTAS O presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) revelou ontem o seu terceiro despacho no qual ordena o arquivamento da certidões com escutas telefónica em que surge o primeiro-ministro a falar com Armando Vara. Trata-se da última diligência de Noronha do Nascimento no processo "Face Oculta" tendo concluído, à semelhança dos dois anteriores, que nenhum indício de crime de atentado contra o Estado de direito havia sido detectado.

Segundo noticiou ontem a RTP, no despacho pode ler-se que o "procurador-geral da República (PGR) pediu ao presidente do STJ que fosse validada uma escuta feita a Armando Vara", ex-administrador do BCP, em Agosto de 2009.

"De acordo com os investigadores, a chamada ocorreu às 11.48 do dia 6 de Agosto, foi iniciada por Armando Vara com um tal 'Carlos' que passou o telefone a uma terceira pessoa, que veio a ser identificada como sendo o primeiro-ministro", lê-se no comunicado do STJ revelado pela RTP.

O despacho refere ainda que o PGR, Pinto Monteiro, "não considera que o conteúdo possa ter alguma relação com a matéria investigada no processo de onde foi extraída a certidão".

Noronha do Nascimento, por seu lado, defendeu que, apesar de ser formalmente válida, esta escuta "afecta direitos e liberdades das pessoas envolvidas, nomeadamente o direito fundamental à palavra e autodeterminação informacional". Por isso, decidiu ordenar a sua imediata destruição.

Esta foi a única escuta que Noronha do Nascimento considerou ter chegado válida às suas mãos. As outras foram consideradas nulas por não terem sido por si validadas previamente. L.L.



Noronha do Nascimento